Apresentação

No evento de celebração dos 3 anos do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (Sitai), o terceiro painel reuniu diferentes olhares institucionais sobre a prevenção do conflito de interesses, evidenciando que o tema depende da atuação articulada de múltiplos atores da Administração Pública Federal.

Abrindo o painel, Lucíola Arruda, diretora de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), apresentou a experiência da pasta para situar a Gestão de Pessoas como peça estratégica da prevenção. Mostrou que a conscientização sobre conflito de interesses começa já no ingresso de novos servidores, incluindo os 13 órgãos atendidos pelo Centro de Serviços Compartilhados (ColaboraGov), e se sustenta por meio de orientação contínua e linguagem acessível. Destacou boas práticas que aproximam o tema do dia a dia do servidor, para além do texto da lei, como as ações do Programa Pró-Integridade e a inclusão das consultas sobre conflito de interesses no Catálogo de Serviços do ColaboraGov. Lucíola também ressaltou que cada consulta é uma oportunidade de aprendizagem, possibilitando que situações individuais contribuam para a melhoria de processos e orientações institucionais.

Na sequência, Leonardo Ribeiro, secretário-executivo da Comissão de Ética Pública (CEP), trouxe o retrato do modelo hoje adotado no Brasil, complementando a experiência relatada por Lucíola com a visão do desenho institucional mais amplo. Explicou como a prevenção ao conflito de interesses envolve papéis distribuídos entre a Controladoria-Geral da União e a CEP, como órgãos centrais com competências normativas e de orientação, e as unidades setoriais responsáveis pela implementação cotidiana e pela análise das consultas. Nesse desenho, o Sitai cumpre a função de articulação transversal entre as diferentes instâncias de integridade, promovendo coordenação normativa sem eliminar a autonomia de cada função especializada.

Encerrando o painel, Temístocles Murilo, corregedor do Ministério da Cultura, ofereceu o contexto teórico que permite compreender as duas experiências anteriores como parte de um mesmo desafio. Destacou que o conflito de interesses resulta da combinação de fatores culturais, econômicos, políticos, organizacionais e normativos, que operam simultaneamente nos níveis governamental, organizacional e individual, de modo que seu enfrentamento não pode se apoiar em uma única medida isolada. Apresentou as duas abordagens tradicionais da literatura sobre integridade pública — a de conformidade e responsabilização (low road) e a de cultura e valores (high road) —, presentes, respectivamente, no modelo institucional descrito por Leonardo e na dimensão pedagógica relatada por Lucíola. Defendeu que a efetividade de ambas se sustenta na existência de uma terceira dimensão: a abordagem sistêmica, voltada à definição de estruturas, à divisão de competências e à criação de mecanismos permanentes de orientação e supervisão.

As três contribuições, embora partam de pontos distintos, convergem para uma mesma conclusão: prevenir o conflito de interesses é tarefa compartilhada, que exige coordenação entre órgãos centrais, unidades setoriais e áreas de gestão, e que só se consolida quando normas, estruturas e cultura organizacional caminham juntas. É esse esforço de integração que o Sitai busca fortalecer ao longo de seus três anos de existência, e é também este o propósito da Diretoria de Prevenção a Conflito de Interesses, criada pela CGU em maio de 2025, e que reafirma o papel central do tema na promoção da integridade pública.

Boa leitura!

Ana Vitoria Piaggio Albuquerque
Diretora de Prevenção a Conflito de Interesses da Secretaria de Integridade Pública da Controladoria-Geral da União

CC BY